

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

2025-2026

1. Nome da Unidade curricular:

Direito da Contratação Pública

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professor Doutor Marco Caldeira

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Pretende-se, com a presente disciplina, proporcionar aos alunos uma descrição panorâmica e uma visão crítica do regime da contratação pública em Portugal, habilitando-os a compreender o quadro legal aplicável e familiarizando-os com os principais problemas suscitados pela sua aplicação prática, sobretudo através do contacto com a jurisprudência mais relevante do Tribunal de Justiça da União Europeia, dos tribunais administrativos e do Tribunal de Contas.

6. Conteúdos programáticos:

1. Contratação pública: *ratio* e fundamentos constitucionais e jus-europeus
2. O âmbito objectivo e subjectivo do regime da contratação pública
3. A contratação excluída
4. Tipos de procedimentos pré-contratuais e suas diferenças
5. Alguns problemas, em particular:
 - 5.1. Em matéria de critérios de escolha
 - 5.2. Em matéria de elaboração das peças procedimentais
 - 5.3. Em matéria de escolha dos concorrentes a convidar
 - 5.4. Em matéria de exclusão de propostas e de candidaturas
 - 5.5. Em matéria de avaliação de propostas
6. Breves notas sobre a resolução de litígios contratuais e pré-contratuais

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos acima definidos, cobrindo a globalidade dos aspectos relevantes do quadro legal aplicável e colocando o enfoque nos principais problemas teóricos e práticos por aquele suscitados, proporcionam aos alunos os conhecimentos necessários para uma melhor compreensão do regime da contratação pública e habilita-os a moverem-se no seu âmbito.

8. Metodologias de ensino:

As aulas terão um carácter teórico-prático, com a apresentação das coordenadas gerais dos problemas pelo docente, a que seguirá a análise crítica de acórdãos ou textos previamente indicados pelo docente.

9. Avaliação:

A avaliação será repartida entre a participação dos alunos nas aulas (50%) – que incluirá, além do mais, a apresentação/análise crítica de um acórdão – e a realização de um exame escrito (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O prévio enquadramento das matérias pelo docente fornece aos alunos um primeiro contacto “guiado” com a matéria, após o que a discussão de jurisprudência permite o aprofundamento e reflexão crítica sobre os problemas levantados, conjugando, assim, quer o nível científico que se exige num curso de Mestrado, quer a componente prática desejavelmente inerente a uma disciplina referente a um ramo de Direito quotidianamente aplicado pela Administração Pública e operadores económicos.

11. Bibliografia principal:

AA.VV., *Estudos de Contratação Pública* (org. PEDRO COSTA GONÇALVES), 4 vols., Coimbra Editora, Coimbra

AA.VV., *Comentários ao Código dos Contratos Públicos* (coord. CARLA AMADO GOMES, Ricardo Pedro, Marco Caldeira e TIAGO SERRÃO), 5.ª edição, 2 Vols., AAFDL Editora, Lisboa, 2023

FREITAS, Lourenço Vilhena de, *Direito dos Contratos Públicos e Administrativos*, Volume I, 2.ª edição, AAFDL Editora, Lisboa, 2023

GONÇALVES, Pedro Costa, *Direito dos Contratos Públicos*, 6.ª edição, Almedina, Coimbra, 2023

OLIVEIRA, Mário Esteves de, e OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, Almedina, Coimbra, 2011

RAIMUNDO, Miguel Assis, *Direito dos Contratos Públicos*, 2 vols., AAFDL Editora, Lisboa, 2022

SÁNCHEZ, Pedro Fernández, *Direito da Contratação Pública*, 2.ª Edição, 2 vols., AAFDL Editora, Lisboa, 2024

E outra a indicar pelo docente.